

1 No dia 24 de setembro de 2015, na sala de reuniões CT-01 do 1º andar do Edifício Marie
2 Prendi Cruz, sito à SEPN 505 Lote 02 Bloco B, em Brasília-DF, foi realizada a 59ª
3 Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO. Estavam
4 presentes os seguintes membros da Comissão: Sr. **Ana Cristina Fialho de Barros**
5 (Presidente), Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;
6 o Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** (Suplente), Diretor do Departamento de
7 Ecossistemas do Ministério do Meio Ambiente, O Sr. **Ugo Eichler Vercillo**, Diretor do
8 Departamento de Espécies do MMA, a Sra. **Moara Menta Giasson**, Diretora do
9 Departamento de Áreas Protegidas - DAP, o Sr. **Paulo Garcia** (Observador), do
10 Ministério da Defesa; o Sr. **João Carlos de Petribu de Carli Filho** (Suplente),
11 representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; a Sra. **Marília**
12 **Marques Guimarães Marini** e a Sra. **Daniela América Suarez de Oliveira** (Suplente),
13 representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA; a Sra. **Clarissa Souza Della**
14 **Nina** (Titular) representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE; a Sra. **Patrícia**
15 **Metzler Saraiva** (Titular) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e
16 Abastecimento - MAPA; a Sr. **Maria Cristina Vianna Braga** (Suplente), representante
17 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; a Sra. **Raquel de Oliveira**
18 **Alves** (Suplente) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr.
19 **Eliziário Noé Boeira Toledo** (Suplente) representante da CONTAG; a Sra. **Leandra**
20 **Lofego Rodrigues** (Suplente) representante do Ministério da Saúde - MS; Sr. **Ivan**
21 **Furtado Junior** (Suplente), representante do Ministério da Pesca – MPA; o Sr **Carlos**
22 **Eduardo de Mattos Bicudo** (Titular), representante da Academia Brasileira de Ciências
23 - ABC; o Sr. **Miguel Trefaut Urbano Rodrigues** (Titular), representante da Sociedade
24 Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; e a Sra. **Cláudia Maria Correia de Mello**
25 (Titular), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
26 Renováveis - IBAMA. Também participaram desta reunião a Sra. **Camila Oliveira** do
27 MMA e o Sr. **Henry Philippe Ibanez de Novion** do MMA.

28

29 A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: 1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO
30 DA PAUTA; 3. APROVAÇÃO DA ATA da 58ª Reunião Ordinária; 4. ASSUNTOS
31 PARA DISCUSSÃO; 4.1 Atualização sobre o processo de estabelecimento dos
32 indicadores das metas nacionais de biodiversidade – Departamento de Espécies DESP e
33 Departamento de Ecossistemas DECO-SBF; 5. INFORMES: 5.1 Projetos de cooperação
34 internacional - GEFMAR, ARPA e Consolidação do SNUC – Departamento de Áreas
35 Protegidas-SBF; 5.2 Projetos de cooperação internacional - GEF Terrestre -
36 Departamento de Áreas Protegidas-SBF; 5.3 Gestão de Espécies Ameaçadas e novo
37 projeto GEF Espécies – Departamento de Espécies –SBF; 5.4 Regulamentação da lei
38 13132/2015 – Departamento de Patrimônio Genético –SBF; 6. ENCERRAMENTO.

39

40 O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** iniciou a reunião às 09h30, saudou os
41 membros presentes e pediu que os membros se apresentassem. Agradeceu a preocupação

42 com o quórum e falou que há muito tempo não se conseguia iniciar uma reunião tão cedo.
43 Explicou que a Secretária **Ana Cristina Barros** está em uma audiência no Senado, mas
44 que em breve se juntará ao grupo. Ele explicou que o Ministério do Meio Ambiente está
45 passando por uma reestruturação e na Secretaria de Biodiversidade e Florestas será
46 adotada uma estrutura semelhante a da Convenção sobre Diversidade Biológica. A Sra.
47 **Cláudia Maria Correia de Mello** solicitou incluir na pauta um informe sobre importação
48 de micro-organismos exóticos a qual não teve objeção. A ata da 58ª Reunião Ordinária
49 foi aprovada como mínimas alterações. A Sra. **Camila Oliveira** explicou a instituição do
50 PainelBio, cuja missão contribui para a internalização das Metas de Aichi (e
51 consequentemente das Metas Nacionais de Biodiversidade). O PainelBio foi criado como
52 um produto do PROBIO II e seu primeiro desafio foi definir um conjunto de indicadores
53 para monitorar o avanço das metas. Foram realizadas 5 oficinas (reuniões dos Núcleos
54 Temáticos do PainelBio) para cada um dos objetivos das Metas Nacionais de
55 Biodiversidade. Uma parceria com o PNUMA (Biodiversity Indicators Partnership)
56 proporcionou uma capacitação com os atores envolvidos antes das reuniões dos Núcleos
57 Temáticos. Para cada uma das 20 metas, foi desenvolvido um modelo conceitual para
58 identificarmos possíveis indicadores. As Oficinas em geral duraram 2 dias cada. Foram
59 mais de 250 propostas de indicadores, embora a ideia fosse ter um número reduzido de
60 indicadores, no máximo 5 por meta. Após a última reunião do Conselho Deliberativo do
61 PainelBio, foram propostos 27 indicadores já existentes, 11 parcialmente existentes, mas
62 que facilmente seriam viabilizados, e 18 que seriam desejáveis, mas que ainda não são
63 existentes. Essa proposta ainda será avaliada pelo MMA para posterior encaminhamento
64 à CONABIO. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** se comprometeu a
65 apresentar no final da reunião uma agenda de reuniões da CONABIO para o próximo ano,
66 bem como uma proposta de data para uma reunião extraordinária para a análise dos
67 indicadores. Em resposta à dúvida da Sra. **Clarissa Souza Della Nina**, o Sr. **Carlos**
68 **Alberto de Mattos Scaramuzza** explicou que as discussões internas do MMA podem
69 ainda alterar os indicadores, mesmo porque eles não estão totalmente consolidados pelo
70 PainelBio. Ele ainda perguntou aos membros se a forma de apresentação dos indicadores
71 estaria adequada. A resposta foi positiva. Houve ainda a discussão se fariam fichas
72 técnicas para todos os indicadores propostos, mesmo antes da aprovação pela CONABIO.
73 Para isso, seria necessária a contratação de um consultor, o que poderia atrasar o processo.
74 Ficou decidido que não seria necessária a contratação do consultor para a construção das
75 fichas técnicas antes do envio da proposta para a aprovação da CONABIO. A Sra. **Raquel**
76 **de Oliveira Alves** perguntou sobre uma perspectiva de data para o resultado final e Sr. O
77 Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** respondeu que gostaria que fosse ainda este
78 ano, principalmente porque o processo já estava atrasado por conta de uma série de
79 dificuldades que houve para captar recursos para as oficinas. Ele também ressaltou que
80 os resultados das oficinas do PainelBio seriam aproveitados no documento de atualização
81 da NBSAP (Estratégia Nacional de Biodiversidade e Planos de Ação), pois os indicadores
82 aprovados já seria um elemento importante para constar da Estratégia. O Sr. **Carlos**
83 **Alberto de Mattos Scaramuzza** solicitou deixar o item 4.2 para quando a Secretária
84 chegar, pois considera essencial a participação da mesma. A solicitação foi aceita. A Sra.
85 **Claudia Maria Correia de Mello** mencionou que a nº Lei 7802/1989 que exige que os

86 agrotóxicos, componentes ou afins, e serem utilizados em projetos de pesquisa e
87 experimentação, seja em laboratório ou em campo, devem ser previamente avaliados
88 e possuir o Registro Especial Temporário - RET. O RET é concedido pelo MAPA, Anvisa
89 e Ibama em conjunto. O IBAMA/DICAR está recebendo muitos pedidos para importação
90 de micro-organismos exóticos, não existentes no território brasileiro, para a produção de
91 agrotóxicos, e não há nenhuma legislação que faça o ordenamento disso. O caminho que
92 Diretoria está conduzindo essa questão é utilizar o princípio da precaução, da CDB, e está
93 negando todos os pedidos. Porém os interessados recorrem, afirmando que o micro-
94 organismo já está aqui no Brasil, a Embrapa fez pesquisas com os mesmos, e estes micro-
95 organismos acabam entrando sem autorização. Ela afirmou que é importante a criação de
96 uma legislação, de uma normativa, para ordenar justamente esse fato da importação de
97 micro-organismos exóticos, com fins de agrotóxicos, de produção de agrotóxicos. O Sr.
98 **João Carlos de Petribu de Carli Finho** afirmou não possuir informação técnica
99 nenhuma, mas que vem observando que o uso destes micro-organismos em alguns países
100 está a diminuir o uso de agrotóxico e acredita ser benéfica. É evidente que mais estudos
101 são necessários. Ele também perguntou se o pessoal da Embrapa já está fazendo já estudos
102 sobre isso. A Sra. **Claudia Maria Correia de Mello** sugeriu a formação de um Grupo de
103 Trabalho, com diversos atores especialistas. O Sr. **Miguel Trefaut Urbano Rodrigues**,
104 a Sra. **Clarissa Souza Della Nina** e a SRA. **Leandra Lofego Rodrigues** concordaram
105 com a formação do GT. A Sra. **Marília Marques Guimarães Marini** também
106 concordou, salientando que o GT também deverá incluir nas discussões os micro-
107 organismos já presentes no Brasil. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** sugeriu
108 convidar especialista nos assuntos para a próxima reunião. O Sr. **João Carlos de Petribu**
109 **de Carli Finho** afirmou que o assunto estaria acima da CONABIO, e que após a
110 realização do GT o assunto deveria ser tratado pela CNTBio. O Sr. **Carlos Alberto de**
111 **Mattos Scaramuzza** e o Sr. **Miguel Trefaut Urbano Rodrigues** concordaram com a
112 proposta. O Sr. **Henry Philippe Ibanez de Novion** discursou sobre a Lei nº 13123,
113 informando que a Presidência orientou que a regulamentação dessa Lei fosse feita da
114 forma mais participativa possível, desta forma o MMA em seu site sobre o assunto está
115 recebendo sugestões para a regulamentação desta Lei (outros ministérios estão fazendo o
116 mesmo, sendo o MMA o ponto focal determinado pela Casa Civil). Estas sugestões estão
117 abertas ao público e posteriormente serão enviadas à Casa Civil. A Casa Civil deverá
118 fazer uma primeira avaliação das propostas e uma primeira minuta de Decreto. A data
119 prevista para a entrega desta minuta seria meados de novembro. Foram realizadas diversas
120 reuniões com povos e comunidades tradicionais, bem como entidades ligadas a este setor,
121 sendo criado um GT para avaliar as propostas de regulamentação da Lei. A Sra. **Marília**
122 **Marques Guimarães Marini** deliberou sobre o novo projeto GEF e mostrou
123 preocupação com as novas listas de espécies ameaçadas que foram publicadas em
124 dezembro de 2014, com um aumento de 300% do número de espécies ameaçadas de
125 extinção. Na fauna são 1173 espécies na flora 2113 espécies. Ela salientou que tem
126 também houve uma geração de conhecimento, uma melhoria da avaliação em análise,
127 mas sem dúvida nenhuma aumentou a pressão sobre a biodiversidade. Nesse contexto ela
128 mencionou a elaboração do GEF Espécies dentro do GEF 6. O custo do projeto, a
129 princípio ele tem teria \$ 13.000.000 de recursos do GEF; \$ 22.000.000 de contrapartida

130 não financeira, e \$ 22.000.000 de dólares em contrapartida financeira, que seriam
131 oriundas da compensação ambiental. Então, totalizando \$59.644.150,00 (cinquenta e
132 nove milhões cento e quarenta e quatro mil e cento e cinquenta dólares). A princípio os
133 atores envolvidos seriam o MMA, ICMBio, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, IBAMA,
134 o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, OEMAs e o Setor Privado. O projeto já foi submetido
135 ao GEF, e estão agora corrigindo alguns pontos. No componente 01 do projeto a ideia é
136 fortalecer a estratégia nacional para conservação e espécies ameaçadas, desenho já
137 previsto na Portaria MMA 43/2014, o Pró-Espécies. Todas as espécies ameaçadas já estão
138 identificadas e mapeadas, então a partir desse diagnóstico serão estabelecidas a
139 priorização de Plano de Ação Nacional para recuperação e conservação de espécies. O
140 componente 02 vai trabalhar principalmente na redução das ameaças em si. Ele tem 4
141 linhas prioritárias, entre elas a força tarefa para controle de caça e tráfico. A sobreposição
142 de áreas chave para conservação de espécies ameaçadas e áreas do Cadastro Ambiental
143 Rural – CAR possibilitará a identificação de passivos, e para compensação desses
144 passivos, seriam propostas então áreas que teriam interesse, ou que já contribuiriam para
145 essas ações de conservação. A sustentabilidade financeira, é o componente 03 e trata tanto
146 da identificação e o diagnóstico desse mapa financeiro, de custos, lacunas, oportunidades,
147 também a identificação e criação de possíveis mecanismos financeiros. O componente 04,
148 trata da coordenação e comunicação entre os principais atores e o estabelecimento de
149 novas parcerias entre instituições e setores. A Sra. **Patrícia Metzler Saraiva** mencionou
150 que o MAPA tem discutido a questão de selos da Sociobiodiversidade e solicitou que o
151 MMA os chame na hora de discutir este assunto. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos**
152 **Scaramuzza** afirmou que a questão dos selos é importante e complicada, principalmente
153 no processo de certificação e que uma cooperação é de interesse. A Sra. **Raquel de**
154 **Oliveira Alves** ficou em dúvidas e o GEF Espécies está dentro do GEF Terrestre ou não,
155 e a Sra. **Marília Marques Guimarães Marini** informou que são diferentes projetos. O
156 Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** complementou a explicação informando que
157 um é o GEF 5, do ciclo antigo, e o outro é o GEF 6, do ciclo novo. O Sr. **Miguel Trefaut**
158 **Urbano Rodrigues** mostrou preocupação que projetos deste tipo são muito importantes
159 mas suas ações são geralmente pulverizadas. Sugeriu então que fossem selecionadas
160 selecionem por bioma 1 a 3 espécies como alvo focal. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos**
161 **Scaramuzza** falou sobre o pró-espécies e que com ele e o uso dos critérios da IUCN para
162 avaliação do risco de ameaça às espécies é possível estabelecer prioridades, e o foco agora
163 está em elaborar Planos de Ação regionais, que abarquem várias espécies. A Sra. **Ana**
164 **Cristina Fialho de Barros** falou sobre a meta de conservação para Cerrado e Mata
165 Atlântica. Antes salientou que a SBF é maior do que uma coleção de projetos, e precisa
166 ter objetivos institucionais. A região amazônica tem uma situação especialíssima, na
167 figura do ARPA, que hoje trata diretamente de 111 unidades de conservação, isso é um
168 pouquinho mais do que um terço do sistema federal, ela tem um planejamento financeiro
169 de execução de 25 anos. O aporte de orçamento do em sua fase 3 hoje, é de \$ 230.000.000
170 (duzentos e trinta milhões de dólares). Em outubro se espera que o GEF aprove um projeto
171 junto com o Peru e Colômbia. Nós temos metas claras aqui na CONABIO de conservar
172 30% do território nacional. Temos dois programas principais que temos focados na
173 conservação marinha, o GEF Mar e o Terra Mar para elevar o percentual de conservação

174 de 1.5% para 5% da área costeira e marinha, fortalecer as unidades de conservação, tratar
175 das espécies, e da pesca sustentável. Em relação ao Cerrado ela questionou qual a meta
176 para a conservação deste bioma. Será possível chegar na meta de 17%? E salientou que
177 para a área marinha a análise foi bem realista e se estabeleceu uma meta de 5% de áreas
178 protegidas, metade do patamar de 10% previamente estabelecido pela CDB. Em relação
179 a Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampas, o cenário também não será tão bom, talvez
180 vai se aproximar muito mais de uma realidade de mar. Para chegar aos 17% de áreas
181 protegidas seria preciso mais que dobrar a área protegida atual do Cerrado, de 8,2%.
182 Vamos pegar de novo o cerrado o Cerrado, o Cerrado tem hoje 8.2% em unidades de
183 conservação. Uma proposta que recebe críticas é contabilizar partes das Terras Indígenas,
184 pois muitas delas não protegem efetivamente a biodiversidade, mas a mesma crítica serve
185 para muitas das UCs. Utilizaremos vários indicadores detalhadíssimos para medir todas
186 as facetas da biodiversidade, ou podemos começar com uma abordagem mais grosseira
187 que nos dê uma primeira indicação? Como analisar a cobertura vegetal? O sistema para
188 análise deste indicador na Amazônia, o monitoramento é feito em tempo real, Já para o
189 Cerrado o último dado é de 2011. As metas para conservação são baseadas na Amazônia,
190 apenas porque lá os fatores são medíveis. Nós não podemos pautar o Cerrado hoje, porque
191 não temos medida, relatório e verificação. Como é que nós vamos tratar das reservas
192 legais como unidades do território que conservam biodiversidade? Qual o tamanho
193 mínimo que deverão possuir? A mesma discussão serve para a Mata Atlântica. Estas
194 discussões já existem há muito tempo. Ela também fez a indagação de qual o valor para
195 conservação das áreas destinadas a pecuária e agricultura. Não deve ser de cara uma
196 análise extremamente profunda, mas uma análise compatível com o imenso território
197 nacional. A presidente do CONABIO mencionou também o TFCA (Tropical Forest
198 Conservation Act), programa do Governo dos Estados Unidos para a conversão da dívida
199 externa em ações de conservação e como o Brasil tem utilizado este mecanismo. A Sra.
200 **Clarissa Souza Della Nina** agradeceu a Secretária pela apresentação, falando que tudo
201 que foi descrito na nova proposta está em linha com uma demanda muito antiga do
202 Itamaraty, e da própria ABC (Agência Brasileira de Cooperação). O Sr. **Paulo Garcia**
203 também felicitou a iniciativa mais fortalecida do MMA reiterando que discutia o assunto
204 já com o professor **Roberto Cavalcanti**, Secretário anterior, dizendo que ele também via
205 com bons olhos iniciativas, de relacionar parcelas consideradas eficientes da reserva legal,
206 terras indígenas, isso considerando como uma parcela importante para e tem um papel
207 importante na preservação da biodiversidade. Mas para satisfazer plenamente ele ainda
208 sente a falta de uma iniciativa a alterações cautelosas na Lei do SNUC, entendendo que
209 enquanto não tivermos um aumento considerável dos responsáveis pela manutenção da
210 biodiversidade, vai ser difícil nós conseguir preservar aquilo que é desejável. Mencionou
211 o modelo francês, com uma maior responsabilidade dos municípios. Mencionou ainda o
212 temor da falta de capacitação destes entes, mas se não dermos responsabilidades ao
213 pessoal local, lá da região, eles nunca vão ter capacitação. A Sra. **Ana Cristina Fialho**
214 **de Barros** pediu por esclarecimentos sobre o que seriam estas alterações cautelosas na
215 Lei do SNUC, pois o SNUC já considera as UCs municipais e a atuação dos municípios
216 na gestão. O Sr. **Paulo Garcia** respondeu dizendo que, por exemplo, uma unidade de
217 conservação federal muito extensa e que abrange vários municípios. No modelo francês,

218 os municípios aderem à gestão daquela área, desafogando a área federal. A Sra. **Ana**
219 **Cristina Fialho de Barros** contra argumentou dizendo que o SNUC já permite essa
220 gestão compartilhada. O Sr. **Elizário Noé Boeira Toledo** afirmou que olhando pelo lado
221 da agricultura nós somos muito bons em criar leis, se pegarmos toda a legislação
222 ambiental ela pode ser considerada uma das melhores do mundo e a pior. Porque
223 tecnicamente ela é muito boa, mas olhando para mundo real a coisa não sai conforme
224 planejado. Ele mencionou diversos mecanismos que não funcionam como poderiam no
225 seu melhor, entre eles o Código Florestal, e o SISNAMA que poderiam trabalhar em
226 conjunto. Salientou que uma das consequências é que dos 5 milhões de estabelecimentos
227 que deveriam fazer o CAR, apenas 2 milhões o fizeram e que não será completado nos 8
228 meses restantes. Destacou também o problema com o parco orçamento do MMA e a
229 importâncias dos recursos de Projeto para o mesmo, mas o orçamento deficitário impede
230 ações efetivas para a conservação. Em relação à questão do SNUC ele destacou a
231 dificuldade em ser mexer em Leis. Mencionou ainda o enorme passivo fundiário e social
232 resultante da implantação das UCs. A Sra. **Ana Cristina Fialho de Barros** destacou em
233 relação as últimas manifestações desta Reunião da CONABIO que ela está contando que
234 nós podemos ter como uma pauta constante das próximas reuniões um acompanhamento
235 do processo de formulação dessas metas e dos Planos de Ação. Também destacou que na
236 hora de fazer um planejamento como esse, nós temos que fazer escolhas, porque o plano
237 que queremos fazer não é um plano completo de A a Z, da conservação da biodiversidade.
238 Escolher o que vamos focar para fazer agora ou nos próximos anos, com o pouco recurso
239 que nós temos, é difícil. E ninguém pode fazer sozinho, as escolhas. Daí o papel da
240 CONABIO. Em relação ao passivo das unidades de conservação ela mencionou que o
241 passivo é enorme e que é necessário decidir qual a melhor atitude a tomar. Resolver logo
242 ou adiar mais um pouco? O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza** destacou o
243 importante papel da CONTAG e disse que a Sra. **Ana Cristina Fialho de Barros** está
244 proporcionando mudanças na gestão ambiental, tanto de recursos financeiros como
245 humanos. O Sr. **Ugo Eichler Vercillo** comentou sobre a questão do uso sustentável e
246 conservação que a SBF procura a integração destes dois conceitos. Um exemplo é a caça
247 que não seria apenas reprimida e fiscalizada, mas também poderia ser um instrumento de
248 conservação quando realizada bem regulamentada. Mencionou também o Bolsa Verde,
249 implementado recentemente pelo MMA e está associado ao sucesso de alguns projetos.
250 A Sra. **Moara Menta Giasson** se apresentou como a nova Diretora do DAP. Ela
251 apresentou 4 projetos da Carteira do DAP que tem maior relação com os recursos do
252 TFCA e que auxiliam no cumprimento das Metas de Aichi. O primeiro deles é o ARPA,
253 o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo, tendo como foco as
254 UCs federais e estaduais na Amazônia, ele ainda não trabalha com as UCs municipais. O
255 objetivo é consolidar no mínimo 60.000.000 de hectares de unidades de conservação (59.1
256 milhões já consolidados), em sua fase 3. Possui linhas de ação são de criação e
257 consolidação, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável. Ela explicou que em
258 sua fase 1 não tratava de UCs de uso sustentável. Também tem uma linha de manutenção
259 das UCs, que envolve compra de equipamentos para proteção, e para a própria gestão
260 interna da unidade. Uma última linha serve para criar mecanismos que garantam a
261 sustentação financeira dessas UCs à longo prazo. Os números são bastante expressivos,

262 para essa fase 3 são previstos \$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de dólares).
263 Hoje são 11 UCs que já são apoiadas e na última reunião do Comitê foram aprovadas
264 mais três para entrar nesse rol de unidades apoiadas. A Sra. **Ana Cristina Fialho de**
265 **Barro** complementou com mais alguns detalhes sobre o ARPA, mencionando uma
266 possibilidade de uma nova área de conservação de 3,8 milhões de hectares. A Sra. **Moara**
267 **Menta Giasson** apresentou então o Projeto GEF Mar que possibilitará passarmos de 1,5%
268 da área marinha protegida para 5%. Isso será feito desenhando pelo menos dois
269 mecanismos financeiros capazes de contribuir para sustentabilidade desses sistemas de
270 áreas protegidas em longo prazo. A questão de governança, estabelecido um Conselho do
271 projeto, tem representação do MMA, MMEE, MCTI, MD, Secretaria de Portos, MPA,
272 Abema, e Setor Acadêmico, tem também os pescadores artesanais, e a perspectiva de
273 apoio de reservas extrativistas também. O Fundo Mundial para o Meio Ambiente é o
274 principal doador, com 18,2 milhões de dólares, é um projeto que está começando e a
275 vigência vai até outubro de 2019. Os Centros de Pesquisa do ICMBio, vão ser apoiados
276 por esse projeto até 2018. Foi apresentado em seguida o 3º projeto, o O Projeto de
277 Consolidação do SNUC, tendo um objetivo geral bem genérico, que é apoiar a
278 consolidação do sistema, fortalecimento das estruturas de gestão das UCs, e aqui se tem
279 o componente municipal também, além do federal e estadual. Trata novamente de
280 mecanismos de sustentabilidade financeira para o futuro, e vai trabalhar identidade visual,
281 comunicação e publicidade do sistema que ainda hoje é pouco conhecido da nossa
282 população. São 31 milhões de Euros em recurso. Na questão de apoio à capacitação de
283 gestores, fizemos um guia para orientar emendas parlamentares direcionadas às unidades
284 de conservação que parece pouca coisa, mas é muito grande o número de emendas de
285 parlamentares que direcionam recursos para unidades de conservação, mas acabam
286 direcionando de uma maneira equivocada, e não conseguimos consolidar de fato esses
287 recursos. Ela apresentou então o 4º e último projeto, o GEF Terrestre então focado na
288 Caatinga, Pampa e Pantanal. São 32 milhões de dólares, e o projeto se encontra em sua
289 fase preparatória, com alguns ajustes ainda para fazer. Está prevista a criação de 1 milhão
290 de hectares, mas não está definido qual a proporção entre esses três biomas. Um dos
291 componentes é para o manejo, e a efetividade de gestão. Outro componente é para a
292 restauração de vegetação, e a recuperação de áreas degradadas, no mínimo de 5.000
293 hectares. Na questão sobre espécies ameaçadas contara com o apoio do Sr. **Ugo Eichler**
294 **Vercillo** tanto na avaliação do risco de extinção de espécies, como na identificação de
295 iniciativas locais. A intenção é trabalhar com as comunidades do entorno, e com os órgãos
296 estaduais e municipais, mesmo em relação às unidades federais, e desenvolver um
297 programa de comunicação, para integrar as comunidades locais nas ações do projeto. A
298 Sra. **Ana Cristina Fialho de Barros** destacou que se o MMA tiver sucesso em fazer o
299 seu programa institucional, o DAP irá fazer uma apresentação apenas, e os projetos serão
300 uma nota de rodapé. Ela então sugeriu como pauta para a próxima reunião a revisão do
301 número de Colegiados que temos na SBF. São pelo menos 7. Ela mencionou também o
302 processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A ideia é ampliar
303 o parque numa região de difícil acesso. O Parque foi reduzido em 2001 por uma
304 decisão do Supremo e então estamos apenas retomando o processo de ampliação para 4
305 vezes o tamanho que ele tem hoje. O Sr. **Miguel Trefaut Urbano Rodrigues** indagou

306 como é que um parlamentar faz uma emenda para ajudar, e a verba não pode ser utilizada.
307 Indagou também se as verbas não poderiam ser recuperadas, a Sra. **Ana Cristina Fialho**
308 **de Barros** afirmou que é devido a erros administrativos no preenchimento dos
309 formulários e que não é possível resgatar as verbas. O O Sr. **Miguel Trefaut Urbano**
310 **Rodrigues** salientou que o Brasil até hoje não explora o potencial turístico de suas UCs.
311 É preciso conhecer os potenciais das UCs para avaliar o que poderia atrair os turistas em
312 termos de atrações biológicas, geológicas, paisagistas entre outras. Ele indagou para onde
313 vão os recursos de patentes de produtos da biodiversidade se é possível pedir uma fração
314 para conservação da biodiversidade. A Sra. **Ana Cristina Fialho de Barros** respondeu
315 que de acordo com a Lei de Acesso ao Patrimônio Genético, a Lei nº 13123, pode se ter
316 uma porcentagem de 0,5 a 1%. A Sra. **Moara Menta Giasson** concordou que estamos
317 muito atrasados na questão do turismo. O Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza**
318 apresentou uma proposta do calendário para o ano que vem, e para uma possível Reunião
319 Extraordinária, depois a proposta será enviada por e-mail e consultaremos os integrantes
320 que estão aqui. A proposta para o ano que vem é continuar com o esquema de reuniões
321 de um a dois dias. Teria uma no mês de março, uma no meio do ano, e uma em setembro
322 ou outubro. Ele perguntou se alguém já tiver algum impedimento com essas datas
323 propostas. Ele então encerrou a reunião e agradeceu o apoio enquanto Presidente da
324 CONABIO. A Sra. **Ana Cristina Fialho de Barros** agradeceu o trabalho prestado pelo
325 Sr. **Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza**. Por fim a Sra. **Clarissa Souza Della Nina**
326 reforçou a importância de receber os indicadores mencionados no início da reunião o mais
327 rápido possível.